

OFÍCIO A CÂMARA Nº. 091/2025

Paraty-RJ, 12 de dezembro de 2025.

À sua Excelência o Senhor

VAGNO MARTINS DA CRUZ

Presidente da Câmara Municipal de Paraty;

Assunto: Resposta ao Requerimento 162/2025, do Nobre Vereador Eric da Silva Porto, solicita informações sobre as Empresas envolvidas na Operação da Polícia Federal, deflagrada em 27 de dezembro de 2024, no âmbito do município de Paraty, em que se investigam desvios de recursos públicos na Saúde Municipal.

Excelentíssimo senhor vereador

Em resposta ao Requerimento nº 162/2025, informo que as informações solicitadas estão contidas em anexo no **Ofício PGM de nº 178/2025, cópia do despacho de nº 309/2025 Deflagração de Procedimento de Auditoria dos Contratos ao Exmo. Sr. Prefeito e Pedido de Busca de Apreensão Criminal.**

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos complementares.

Atenciosamente,

JOSÉ CARLOS PORTO NETO

Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE PARATY

RUA JANGO PADUA, TERMINAL RODOVIARIO AGILIO RAMOS, 2º ANDAR
PARATY/RJ - CEP 23.970-000
CNPJ: 29.172.475/0001-47 | FONE: (24) 3371-6527



CÓDIGO DE ACESSO
F129BDBE1D9F4F5CAAEBDD5E8341202E

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: JOSE CARLOS PORTO NETO em 12/12/2025 15:30:08
CPF:*** *-867-91
Certificadora: MUNICIPIO DE PARATY - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://paraty.flowdocs.com.br/public/assinaturas/F129BDBE1D9F4F5CAAEBDD5E8341202E>

[illegible]

as medidas administrativas internas em curso, nada foi solicitado à Procuradoria-Geral do Município até o presente momento, de modo que inexistente prazo para a elaboração de relatório de acompanhamento.

Cumpre informar, tão somente, a existência do flowdocs. 28460/2025, aberto em set./25, cujo Parecer final consta anexado, sem movimentação pela Secretaria Executiva de Governo desde 29/10/25, por meio do qual se sugeriu o seguinte, *in verbis*:

Sugere-se que Vossa Excelência determine à Controladoria-Geral do Município a instauração de procedimento de auditoria específica e exauriente sobre a execução dos contratos administrativos firmados com as empresas OPEN TRANSPORTES E SERVIÇOS, AUTOPOSTO BAIÁ DE PARATY, ENSEADA BOA VISTA MT LTDA, SOLARE EVENTOS LTDA e ONLY ENTRETENIMENTOS, especialmente aqueles mencionados ou relacionados aos fatos apurados na esfera judicial.

Com votos de estima, permanecemos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Cordialmente,

DIEGO BRAINER DE SOUZA ANDRÉ

Procurador do Município

Matrícula nº 202.475 (OAB/RJ nº 196.149)



MUNICIPIO DE PARATY

RUA JANGO PADUA, TERMINAL RODOVIARIO AGILIO RAMOS, 2º ANDAR

PARATY/RJ - CEP 23.970-000

CNPJ: 29.172.475/0001-47 | FONE: (24) 3371-6527



CÓDIGO DE ACESSO

5E4A5E450A324B8DBBA3F9FA481F7369

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: DIEGO BRAINER DE SOUZA ANDRE em 09/12/2025 21:20:07

CPF:***.***-.957-03

Certificadora: MUNICIPIO DE PARATY - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://paraty.flowdocs.com.br/public/assinaturas/5E4A5E450A324B8DBBA3F9FA481F7369>

Autenticar documento em /autenticidade

com o identificador 316034803360336033803A005340052004,1D6c Documento assinado digitalmente conforme a Lei nº 11.418, de 14.06.2020.

Despacho nº 309/2025

FlowDocs nº 28460/2025

De: Igor Gago Garcia

Para: Secretaria Municipal Executiva de Governo

Ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal,

1. Trata-se de expediente encaminhado a esta Comissão Processante Permanente II (CPP-II) por Vossa Excelência em 30 de setembro de 2025, contendo o Memorando nº 01/2025, subscrito pelo Representante de Governo, Sr. Jesse José Correia Junior. O referido memorando solicita a adoção de medidas para apuração de responsabilidade administrativa das empresas supracitadas, e eventualmente de seus sócios ou representantes legais, por supostas infrações à legislação de licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021), com base em indícios de irregularidades, decisão judicial anexa (Processo nº 0600583-59.2024.6.19.0000 - TRE-RJ) e diversos processos licitatórios e contratos administrativos também apensados.
2. Após análise preliminar da solicitação e da documentação anexa, com o devido respeito, entendemos que o requerimento, na forma como apresentado, **exorbita das atribuições regimentais desta CPP-II**, conforme estabelecidas no Decreto nº 016/2017. O Art. 1º, alínea 'a', do referido decreto, confere à CPP-II a atribuição de "Apurar possíveis irregularidades ou descumprimento de cláusulas nos contratos administrativos".
3. O caso em tela, contudo, apresenta complexidade que transcende a mera apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. A solicitação fundamenta-se em "indícios de irregularidades" e em decisão judicial que apura supostos crimes graves, incluindo fraude à licitação, corrupção, associação criminosa e lavagem de ativos. Tal cenário demanda uma **auditoria exauriente** sobre a execução dos contratos administrativos firmados com as empresas mencionadas, a fim de verificar, de forma concreta e material, a ocorrência de alguma das hipóteses que justificariam a instauração de processo administrativo sancionador, nos termos do **art. 155 da Lei nº 14.133/2021**. Somente após a confirmação material de tais irregularidades através de auditoria específica, poder-se-ia cogitar a aplicação das sanções previstas no **art. 156** do mesmo diploma legal.
4. Ademais, cumpre salientar que os **processos administrativos anexados são extremamente volumosos** e, em sua maioria, **remontam apenas aos procedimentos de contratação** (licitação, atas de registro de preços, termos de contrato inicial). A apuração de responsabilidade administrativa, visando à aplicação de sanções, requer, precipuamente, a análise da **execução contratual**, o que demandaria acesso a documentos como medições, notas fiscais, comprovantes de entrega/serviço, relatórios de fiscalização, entre outros, não integralmente disponíveis neste expediente inicial.
5. Outro ponto nevrálgico é que a decisão judicial do TRE-RJ (Processo nº 0600583-59.2024.6.19.0000), embora determine a suspensão de contratos e a indisponibilidade de bens, tramita sob segredo de justiça. Dessa forma, **não há acesso por parte desta municipalidade, neste âmbito administrativo, ao completo acervo probatório produzido em sede judicial**. Os indícios ali formulados, embora relevantes, **não servem, isoladamente, de substrato fático e jurídico suficiente para a aplicação**

direta de sanções administrativas no âmbito da Lei nº 14.133/2021, a qual exige a devida instrução processual administrativa, garantindo-se sempre o contraditório e a ampla defesa, com base em provas concretas obtidas e analisadas pela própria Administração.

6. Diante do exposto, esta CPP-II manifesta-se pela impossibilidade de prosseguir com a apuração na forma requerida, por extrapolar suas atribuições e pela ausência de elementos materiais suficientes neste momento. Sugere-se que Vossa Excelência determine à Controladoria-Geral do Município a instauração de procedimento de **auditoria específica e exauriente sobre a execução** dos contratos administrativos firmados com as empresas OPEN TRANSPORTES E SERVIÇOS, AUTOPOSTO BAIÁ DE PARATY, ENSEADA BOA VISTA MT LTDA, SOLARE EVENTOS LTDA e ONLY ENTRETENIMENTOS, especialmente aqueles mencionados ou relacionados aos fatos apurados na esfera judicial.
7. Caso a referida auditoria conclua pela existência material de irregularidades contratuais que se enquadrem nas hipóteses legais (Art. 155, Lei 14.133/21), o processo poderá, então, ser instruído adequadamente e, se pertinente à atribuição específica de apurar descumprimento de cláusulas contratuais, ser encaminhado a esta CPP-II para as providências cabíveis.

Submetemos à superior consideração.

Paraty, 29 de outubro de 2025.

IGOR GAGO GARCIA

Presidente da CPP-II

Matrícula 202.522



Número: 0600583-59.2024.6.19.0000

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Gabinete Do Juiz de Direito 2**

Última distribuição : 30/10/2024

Valor da causa: R\$ 0,00

Assuntos: Falsidade Ideológica, Corrupção Eleitoral, Cautelar Inominada - De Busca e Apreensão

Objeto do processo: PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO formulado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, com atribuição nesta Corte, em face de LUCIANO DE OLIVEIRA VIDAL, atual Prefeito de Paraty/RJ, CARLA LACERDA DA SILVA, Secretária Municipal de Saúde de Paraty/RJ e RONALDO FREIRE CARPINELLI, ex-Secretário Municipal de Administração e Obras de Paraty/RJ, em razão da suposta prática dos crimes de fraude à licitação, corrupção eleitoral, corrupção ativa e passiva, doação eleitoral irregular ("caixa dois"), associação criminosa e lavagem de ativos. Ao final, o MPE requer: i) que seja reconhecida a competência deste TRE-RJ para o processamento do feito e ratificação dos atos processuais praticados perante o Juízo Federal (TRF 2a Região), inclusive os decisórios; ii) avocação do IPL nº 2019.0016229/DPF/ARS/RJ, tombado perante a 57ª Zona Eleitoral/RJ, sob o nº 0600349-42.2020.6.19.0057, para tramitar apensado ao Inquérito Policial nº 50089282220214020000 declinado, pelo TRF2; iii) indeferimento da representação de prisão preventiva de todos os Representados; iv) deferimento da busca e apreensão dos Representados LUCIANO DE OLIVEIRA VIDAL, CARLA LACERDA DA SILVA e RONALDO FREIRE CARPINELLI, bem como pelo afastamento do sigilo de eventuais documentos bancários, fiscais, telefônicos e dos dados telemáticos; v) deferimento do afastamento da função pública, se a ela tiver retornado, em desfavor de CARLA LACERDA DA SILVA; vi) deferimento da suspensão dos contratos em vigor da Prefeitura de Paraty com as empresas OPEN TRANSPORTES E SERVIÇOS, AUTOPOSTO BAIA DE PARATY, ENSEADA BOA VISTA M T LTDA, SOLARE EVENTOS LTDA. e ONLY ENTRETENIMENTOS; vii) deferimento da indisponibilidade de bens dos Representados LUCIANO DE OLIVEIRA VIDAL, CARLA LACERDA DA SILVA, RONALDO FREIRE CARPINELLI, OPEN TRANSPORTES E SERVIÇOS, AUTOPOSTO BAIA DE PARATY, ENSEADA BOA VISTA M T LTDA, SOLARE EVENTOS LTDA. e ONLY ENTRETENIMENTOS; ix) a juntada aos autos da Portaria PGR/MPF nº 1050, de 30/10/2024, que ora envia, em anexo, e que designa os Procuradores Regionais da República, JOSÉ AUGUSTO SIMÕES VAGOS, CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR e MÁRCIO BARRA LIMA, integrantes do Núcleo de Ações Originárias (NAO), da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, para atuação conjunta com a Procuradoria Regional Eleitoral até o término da fase investigatória.

ORIGEM: PROCESSO SEI Nº 2024.0.000033220-1 (INQUÉRITO POLICIAL Nº 5008928-22.2021.4.02.0000/TRF-2ª REGIÃO).

Segredo de Justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
Procuradoria Regional Eleitoral (REQUERENTE)	
SOLARE EVENTOS LTDA (REQUERIDO)	

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL (309) nº 0600583-59.2024.6.19.0000 - Paraty - RIO DE JANEIRO

RELATOR(A): DANIELA BANDEIRA DE FREITAS

REQUERENTE: PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL

**REQUERIDO: LUCIANO DE OLIVEIRA VIDAL, RONALDO FREIRE CARPINELLI, OPEN TRANSPORTES
SERVICOS COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, AUTO POSTO BAIA DE PARATY LTDA, ENSEADA BOA VISTA
MARINA E TRANSPORTE LTDA, SOLARE EVENTOS LTDA
REQUERIDA: CARLA LACERDA DA SILVA**

DECISÃO

Trata-se de pedidos de busca e apreensão, afastamento da função pública, suspensão de contratos públicos e indisponibilidade de bens, formulados pela Procuradoria Regional Eleitoral, com base na representação policial que, em adição aos pedidos acima, pugnou pela decretação de prisão preventiva em desfavor de LUCIANO DE OLIVEIRA VIDAL, CARLA LACERDA DA SILVA, RONALDO FREIRE CARPINELLI e ORLANDO SILVA CARPINELLI.

Os requerimentos decorrem da investigação conduzida no âmbito do Inquérito Policial nº 5008928-22.2021.4.02.0000, que tramitou no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2).

O inquérito tinha o escopo de apurar possíveis práticas criminosas atribuídas ao Prefeito de Paraty, LUCIANO DE OLIVEIRA VIDAL, em associação com sua esposa CARLA LACERDA DA SILVA e RONALDO FREIRE CARPINELLI.

Os indícios inicialmente coligidos aos autos apontam que, em 2020, durante a vigência do estado de calamidade pública decretado em razão da pandemia da Covid-19, o prefeito teria realizado despesas superfaturadas por meio de dispensa de licitação, resultando em prejuízo aos cofres públicos.

Após o avanço das investigações, constatou-se a conexão entre os fatos apurados no Inquérito Policial nº 5008928-22.2021.4.02.0000 e aqueles investigados no Inquérito Policial nº 2019.0016229/DPF/ARS/RJ (processo nº 0600349-42.2020.6.19.0057), que tramita perante o Juízo da 57ª Zona Eleitoral, de Paraty/RJ.

Este último foi instaurado a partir da prisão em flagrante de RONALDO FREIRE CARPINELLI, em



Este documento foi gerado pelo usuário 098.***-09 em 27/12/2024 12:58:07

Número do documento: 24121616094473500000031560893

<https://pje.trf-rj.jus.br/443/pje/Processo/Consulta/Documento/000000031560893>

com o identificador 0600349-42.2020.6.19.0057/ARS/RJ. Documento assinado digitalmente e autenticado.

data de 4.06.2020.

SIGILOSO

Num. 32420819 - Pág. 2

OLIVEIRA VIDAL (CPF: 072.770.037-56); CARLA LACERDA DA SILVA (CPF: 027.879.107-77); RONALDO FREIRE CARPINELLI (CPF: 027.959.827-06); OPEN TRANSPORTES E SERVIÇOS (CNPJ 17.011.028/0001-27); AUTOPOSTO BAIÁ DE PARATY (CNPJ: 04.518.190/0001-94); ENSEADA BOA VISTA M T LTDA (CNPJ: 31.107.261/0001-39); SOLARE EVENTOS LTDA. (CNPJ: 06.124.657/0001-47); e, ONLY ENTRETENIMENTOS (CNPJ 06.124.657/0001-47); e

ix) a juntada aos autos da Portaria PGR/MPF nº 1050, de 30/10/2024, que designa os Procuradores Regionais da República JOSÉ AUGUSTO SIMÕES VAGOS, CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR e MÁRCIO BARRA LIMA, integrantes do Núcleo de Ações Originárias (NAO) da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, para atuação conjunta com a Procuradoria Regional Eleitoral até o término da fase investigatória.

É a síntese necessária. Passo a decidir.

1 - DA CONEXÃO DOS FATOS, DA FINALIDADE ELEITORAL, DA AVOCACÃO DO PROCESSO nº 0600349-42.2020.6.19.0057 e DA RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS

Inicialmente, no que tange à competência desta Justiça especializada, conforme decisão de declínio de competência (id.32394442, p.5 e 6), concluiu-se pela conexão entre os fatos apurados no Inquérito Policial nº 5008928-22.2021.4.02.0000, que deu azo ao presente pedido de busca e apreensão, e aqueles investigados no âmbito do Inquérito Policial nº 2019.0016229/DPF/ARS/RJ (processo nº 0600349-42.2020.6.19.0057), que tramita perante o Juízo da 57ª Zona Eleitoral, de Paraty/RJ.

Conforme se vê do conteúdo probatório constante dos autos, a investigação conduzida no Inquérito Policial nº 5008928-22.2021.4.02.0000 busca apurar notícia crime que imputa a LUCIANO DE OLIVEIRA VIDAL, prefeito do Município de Paraty, a realização de despesas superfaturadas durante o período de estado de calamidade decorrente da pandemia da COVID-19, por intermédio de empresas ligadas a RONALDO FREIRE CARPINELLI.

Paralelamente, após a prisão em flagrante de Ronaldo Freire Carpinelli em 04/08/2019, em razão da possível prática dos delitos previstos nos arts. 299 e 350 do Código Eleitoral, foi instaurado o IPL nº 2019.0016229/DPF/ARS/RJ.



Este documento foi gerado pelo usuário 098.***-09 em 27/12/2024 12:58:07

Número do documento: 24121616094473500000031560893

<https://pje.trf-jus.br/443/pje/Processo/Consulta/documento/000000031560893>

com o identificador 0600349-42.2020.6.19.0057-100. Documento assinado digitalmente e conferido em 27/12/2024.

data de 27/12/2024.

SIGILOSO

O E. Superior Tribunal de Justiça compartilha do mesmo entendimento do E. STF, senão vejamos:

1. Consoante jurisprudência desta Corte, mesmo no caso de incompetência absoluta, é possível que os atos instrutórios e decisórios já praticados sejam ratificados pelo Juízo competente. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido”.

(STJ. AgRg no HC: 659667 DF 2021/0109332-3. Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 27/03/2023, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 31/03/2023)



Número do documento: 241216160944735000000031560893

<https://pie.tre-rj.jus.br:443/pie/Processo/ConsultaDocumento?em=4/publicacao/00000031560893>

considerațiile 6360348003503860383030053/A0520021D0, Documentația asinată digitală necesară conferinței, art.148 al

data 14.06.2020.

Num. 32420819 - Pág. 5

Conforme se verifica da minuciosa manifestação do *Parquet*, a medida é fundamental para confirmar os elementos de autoria e materialidade constante dos autos:

“O presente pedido de busca e apreensão pessoal e domiciliar possui fundamento no Art. 240, §1º, do Código de Processo Penal, e apresenta duplo objetivo: reunir os elementos de provas a subsidiar a formação da opinião delicti do Ministério Público Eleitoral e preservar a materialidade delitiva. Diante dos contundentes elementos probatórios reunidos, pela Autoridade policial, que indicam não só a prática de crimes licitatórios, mas também de corrupção eleitoral, “caixa dois” eleitoral, corrupção ativa e passiva, associação criminosa, lavagem de ativos, entre outros, o deferimento da medida de busca e apreensão pode ser crucial para acrescentar novos elementos de autoria e materialidade aos autos, o que contribuiria para uma análise mais aprofundada e precisa da atuação de cada um dos Investigados. Junto dos Representados, bem como nos locais indicados e nas qualificações, onde residem e desenvolvem suas atividades profissionais, poderão ser achados ferramentas como computadores, tablets, pendrives, mídias digitais diversas, discos rígidos externos (HDs externos), smartphones, cofres, arquivos físicos, veículos e outros, nos quais podem ser encontrados elementos de provas como conversas, documentos, fotografias, extratos bancários, cheques, quantias de dinheiro incompatíveis com rendimento conhecido, planilhas, conferindo substrato material às eventuais imputações. Dessa forma, a busca e apreensão é medida relevante para a obtenção de mais informações e esclarecimentos adicionais sobre o envolvimento de RONALDO FREIRE CARPINELLI, LUCIANO DE OLIVEIRA VIDAL e CARLA LACERDA DA SILVA, nos crimes investigados comuns (corrupção passiva e ativa, licitatórios, lavagem de ativos e associação criminosa) e eleitorais (corrupção eleitoral e falsidade eleitoral). Cumpre destacar, ademais, que os relatórios elaborados, pela Autoridade policial, a partir dos resultados obtidos, com a medida cautelar de quebra bancária, são de julho de 2024, de modo que os fatos aqui analisados são graves e atuais, justificando o pedido cautelar de busca e apreensão”

Com efeito, há subsídios suficientes à pressuposição investigativa inicialmente apontada, de modo a respaldar a medida cautelar probatória requerida.

Assim, conforme exposto acima, os elementos de informação colhidos conferem, em sede de cognição



Este documento foi gerado pelo usuário 098.***.***-09 em 27/12/2024 12:58:07

Número do documento: 24121616094473500000031560893

<https://pje.trf-j.us.br:443/pje/Processo/Consulta/documento?processo=00000031560893>

com o identificador 01603480035038603830330005/A052004_1Dc Document assinado digitalmente pelo conferante, Art.14 da Lei

data je 14.06.2020.

SIGILOSO

sumária, razoáveis indícios de existência e autoria dos delitos investigados.

De outro lado, a providência requerida revela-se adequada e pertinente à obtenção de novas fontes materiais de prova.

Ante o exposto, deve ser deferida a pretensão de busca e apreensão, que será pessoal e domiciliar.

3- DA PRISÃO PREVENTIVA

Como destacado pela Procuradoria Regional Eleitoral em seu pedido, a autoridade policial representou pela prisão preventiva de LUCIANO DE OLIVEIRA VIDAL, CARLA LACERDA DA SILVA, RONALDO FREIRE CARPINELLI e ORLANDO SILVA CARPINELLI, com vistas à garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, também em razão dos resultados obtidos com a quebra de sigilo bancário.

Todavia, no entender do órgão ministerial, não está demonstrado nos autos o *periculum libertatis*, que é requisito indispensável à determinação de prisão preventiva.

Assim, por ora, deixo de determinar a prisão requerida pela autoridade policial.

4- DO AFASTAMENTO DAS FUNÇÕES PÚBLICAS, DA SUSPENSÃO DOS CONTRATOS E DA INDISPONIBILIDADE DE BENS

De outro giro, defiro as demais medidas cautelares nos moldes em que requeridas pelo Procuradoria Regional Eleitoral, quais sejam:

Afastamento de CARLA LACERDA da função pública, se a ela tiver retornado;

Determinação da indisponibilidade de bens da OPEN TRANSPORTES E SERVIÇOS, AUTO POSTO BAI/

Suspensão de contratos administrativos em vigor com as empresas.



Este documento foi gerado pelo usuário 098.***-09 em 27/12/2024 12:58:07

Número do documento: 24121616094473500000031560893

<https://pje.trf-jus.br/443/pje/Processo/Consulta/Autenticar/documento-em-autenticidade>

com o código de verificação 666034800650360038032408534952002100. Documento assinado digitalmente e conferido em 27/12/2024

data 14/06/2020.

SIGILOSO

No que se refere ao afastamento das funções públicas, determino a execução da medida, somente no que se refere a CARLA LACERDA, uma vez que consta dos autos seu envolvimento com a ordenação de despesas em licitações declaradas irregulares pela CGU, por meio da NOTA TÉCNICA nº 295219 (fls. 312 do IPL nº 5008928-22.2021.4.02.0000/TRF2).

Como destacado pela PRE, verificou-se que CARLA LACERDA:

“recebeu diversas transferências das empresas, AUTOPOSTO BAIA DE PARATY, ENSEADA BOA VISTA e OPEN TRANSPORTES E SERVIÇOS, no período de 1/3/2020 a 31/12/2023. Além disso, foi identificada divergência entre os valores recebidos ao longo do período investigado em relação ao total de créditos, denotando outra fonte pagadora. Ainda, CARLA recebeu R\$ 170.601,00 de depósitos, em espécie, sendo que, apenas R\$ 15.000,00, foram identificados (IPJ nº 297064/2024).

Rememore-se, ainda, a intensa movimentação financeira realizada entre as empresas de RONALDO CARPINELL, que possuem diversos contratos, com o Município: a empresa SOLARE EVENTOS, recebeu R\$ 573.528,47, da OPEN TRANSPORTES; R\$ 410.000,00, do AUTOPOSTO BAIA; R\$ 366.762,00, da ENSEADA BOA VISTA; e R\$ 25.000,00, de ONLY ENTRENIMENTOS. A SOLARE transferiu R\$ 1.281.790,30, para AUTOPOSTO BAIA; R\$ 9.966,33, para ONLY ENTRENIMENTOS; R\$ 213.444,43, para OPEN TRANSPORTES; e R\$ 996.957,42, para ENSEADA BOA VISTA.”

Destarte, resta evidente a necessidade do afastamento de CARLA LACERDA do exercício de eventual função pública, nos moldes do art. 319, VI, do Código de Processo Penal, como medida de garantia da ordem pública e cessação de eventual prática criminosa contra os cofres públicos de Paraty.

Deixo de determinar o afastamento de LUCIANO VIDAL do exercício da chefia do poder executivo de Paraty, pois representa medida cautelar grave, sobretudo pela perspectiva da sociedade que o elegeu através do exercício do voto popular, exigindo-se, em razão disso, maior robustecimento probatório para a determinação da medida.

De outro giro, em razão dos indícios de irregularidades já demonstrados nos autos, a suspensão dos pagamentos e respectivos contratos firmados entre o Município de Paraty e as empresas OPEN TRANSPORTES E SERVIÇOS, AUTOPOSTO BAIA DE PARATY, ENSEADA BOA VISTA M T



Este documento foi gerado pelo usuário 098.***-09 em 27/12/2024 12:58:07

Número do documento: 24121616094473500000031560893

<https://pje.trf-jus.br/443/pje/Processo/Consulta/documento/24121616094473500000031560893>

com o identificador 66003480060036003803200000031560893 e o código de verificação 40114811

com o identificador 66003480060036003803200000031560893 e o código de verificação 40114811

data de 27/12/2020.

SIGILOSO

No mesmo sentido, a fim de garantir o resultado útil do processo, necessária se faz a determinação da indisponibilidade de bens em desfavor da OPEN TRANSPORTES E SERVIÇOS (CNPJ 17.011.028/0001-27); AUTO POSTO BAIA DE PARATY (CNPJ: 04.518.190/0001-94); ENSEADA BOA VISTA M T LTDA (CNPJ: 31.107.261/0001-39); SOLARE EVENTOS LTDA. (CNPJ: 06.124.657/0001- 47); ONLY ENTRETENIMENTOS (CNPJ 06.124.657/0001-47); LUCIANO DE OLIVEIRA VIDAL (CPF: 072.770.037-56), CARLA LACERDA DA SILVA (CPF: 027.879.107-77) e RONALDO FREIRE CARPINELLI (CPF: 027.959.827-06), até o limite global de R\$ 2.300.200,02 (dois milhões, trezentos mil e duzentos reais e dois centavos).

1. A avocação do IPL nº 2019.0016229/DPF/ARS/RJ, tombado perante a 57ª Zona Eleitoral sob o nº 0600349- 42.2020.6.19.0057;

a) LUCIANO DE OLIVEIRA VIDAL (CPF: 072.770.037-56), Br 101, Corumbe, Paraty/RJ e Rua Izidro Soares, 15, Casa, Parati/RJ;

b) CARLA LACERDA DA SILVA (CPF: 027.879.107-77), Rua João Luís do Rosário 125
OU 76 ou 176, Bairro de Fatima, Paraty/RJ; e

c) RONALDO FREIRE CARPINELLI (CPF: 027.959.827-06), Rua Tangara, 15, Casa 04, Cabore, Paraty/RJ.

Determino, ainda, o afastamento do sigilo de eventuais documentos bancários, fiscais, telefônicos e dos dados telemáticos obtidos com o cumprimento da diligência de busca e apreensão.

O cumpridor do mandado deverá proceder à apreensão de eventuais valores e outros bens que, pelas circunstâncias, indiquem ser objeto ou instrumento de crimes, bem como outras fontes materiais de prova.

Autorizo a extração de qualquer conteúdo armazenado nos materiais apreendidos, inclusive registros de diálogos telefônicos ou telemáticos, como mensagens SMS ou de aplicativos como WhatsApp, dentre outros.



Número do documento: 24121616094473500000031560893

<https://pie.tre-rj.jus.br:443/pie/Processo/ConsultaDocumento?em4/autenticidade/00000031560893>

considered identifiable 31603480035038603880330051A05200041Do not increase as in actual data needed for conference, art. 14d all

data 14.06.2020.

SIGILOSO

Autorizo o arrombamento, caso não seja facultada aos agentes públicos a abertura das portas e cofres ou a remoção de obstáculos ao ingresso nos locais, observado o disposto no art. 245, § 2º, do Código de Processo Penal.

Autorizo, desde já, a restituição de coisas que vierem a ser arrecadadas, as quais o Ministério Público verifique a perda de interesse na manutenção da apreensão para fins de obtenção de prova.

O resultado da busca e apreensão deverá ser apresentado nos autos pelos cumpridores.

3. A expedição de ofício à Prefeitura de Paraty para:

3.1. O afastamento imediato de CARLA LACERDA DA SILVA, caso esteja ocupando qualquer cargo ou função naquele Município;

3.2. A suspensão dos contratos dos pagamentos e respectivos contratos firmados entre o Município de Paraty e as empresas OPEN TRANSPORTES E SERVIÇOS, AUTOPOSTO BAIA DE PARATY, ENSEADA BOA VISTA M T LTDA, SOLARE EVENTOS LTDA. e ONLY ENTRETENIMENTOS;

4. A indisponibilidade de bens em desfavor da OPEN TRANSPORTES E SERVIÇOS (CNPJ 17.011.028/0001-27); AUTO POSTO BAIA DE PARATY (CNPJ: 04.518.190/0001-94); ENSEADA BOA VISTA M T LTDA (CNPJ: 31.107.261/0001-39); SOLARE EVENTOS LTDA. (CNPJ: 06.124.657/0001-47); ONLY ENTRETENIMENTOS (CNPJ 06.124.657/0001-47); LUCIANO DE OLIVEIRA VIDAL (CPF: 072.770.037-56), CARLA LACERDA DA SILVA (CPF: 027.879.107-77) e RONALDO FREIRE CARPINELLI (CPF: 027.959.827-06), até o limite global de R\$ 2.300.200,02 (dois milhões, trezentos mil, duzentos reais e dois centavos), a ser efetivada pelo bloqueio de valores por meio do Sisbajud, conforme requerido pela PRE.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2024.

DANIELA BANDEIRA DE FREITAS

Relatora



Este documento foi gerado pelo usuário 098.***-09 em 27/12/2024 12:58:07

Número do documento: 24121616094473500000031560893

<https://pje.trf-jus.br/443/pje/Processo/Consulta/documento/24121616094473500000031560893>

com o código de verificação 666034800650360038032400534052002100. Documento assinado digitalmente e confirmado.

data: 27/12/2024.

SIGILOSO

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 3600380035003600380030003A005000

Assinado eletronicamente por **Regina Laura Alvarenga Barros** em 13/12/2025 00:54

Checksum: **83EB27F0BFC2C0BF87E0D939D2690B92CDE01C3562A85882B34DD4E6DBC4B6EF**